

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: Contratação de Escritório/Sociedade de Advogado(s) para prestação de serviços advocatícios, sem exclusividade e sem vínculo empregatício, com foco nos serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica visando atender as necessidades do **SENAR-AR/MS**.

2. DA FINALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul (SENAR-AR/MS) para consecução de seus objetivos, organiza, executa e administra ações de ensino da FPR (Formação Profissional Rural) e a PS (Promoção Social) de jovens e adultos, homens e mulheres do meio rural. Também oferece atendimento gratuito, a milhares de brasileiros, todos os anos, contribuindo para a sua profissionalização, sua integração na sociedade, melhoria da qualidade de vida e para o pleno exercício da cidadania.

Acrescentam-se, ainda, as ações de Educação Formal (EFO) presencial, semipresencial e à distância (EaD), Assistência Técnica e Gerencial (ATEG) nas áreas de agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, extrativismo, agroindústria, atividades de apoio agrosilvopastoril, atividades relativas à prestação de serviços.

O SENAR-AR/MS promove cursos e capacitações nos 79 municípios do estado, para desenvolver competências profissionais e sociais em diferentes profissões da zona rural. O portfólio de produtos da instituição contempla os Programas e Projetos Especiais que atendem desde a educação básica até a capacitação formal que oferece curso técnico de nível superior. Também com iniciativas que disponibilizam ações de saúde com consultas médicas e odontológicas para a população rural.

O **SENAR-AR/MS** possui questões jurídicas relacionadas às práticas do dia a dia, mas também demandas de contencioso que abordam sobre especialidades jurídicas diversas. A assessoria jurídica é atividade exclusiva de advogados e escritórios de advocacia e oferece agilidade e segurança na tomada de decisão. O contencioso não faz parte das atribuições da assessoria jurídica interna, disciplinadas no Manual de Gestão de Pessoas.

O **SENAR-AR/MS** conta em sua estrutura organizacional com uma unidade de assessoria jurídica interna para garantir que todas as suas operações ocorram em conformidade com as normas que disciplinam sua atuação e com as orientações dos órgãos de controle externo, garantindo a segurança jurídica e o atendimento de leis e normas para aprimoramento de seu planejamento. A unidade de assessoramento jurídico interno assume um papel ativo nos macroprocessos de contratação de bens e serviços e nas contratações para execução da

atividade finalística entregue ao cliente final, bem como nas análises obrigatórias do dia a dia e apoio na construção de soluções, mas não atua no contencioso administrativo e judicial. Portanto, as atividades a serem desenvolvidas pela contratada são suplementares ao assessoramento sob o comando da Assessoria Jurídica interna do **SENAR-AR/MS**.

Os serviços a serem desenvolvidos pela contratada, assessoria e consultoria jurídica para prevenir e/ou solucionar eventuais litígios em questões pontuais e específicas e, principalmente, sobre o patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas tratam de matérias nas esferas cível, criminal, administrativa, tributária e trabalhista em que o **SENAR-AR/MS** seja parte.

A presente contratação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 13.303, pela Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB), e pelo REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO SENAR – RLC, revisto e consolidado pela RESOLUÇÃO Nº 30/2024/CD, DE 02/05/2024, bem como pelas disposições deste Termo de Referência e de seus Anexos, normas que as sociedades de advogados, ora licitantes, declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

3. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

3.1. O objeto, necessário ao atendimento das demandas do **SENAR-AR/MS**, está detalhado a seguir:

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNIT. MÁXIMO (ESTIMADO)	PREÇO TOTAL MÁXIMO (ESTIMADO)
1	Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica visando atender as necessidades do SENAR-AR/MS . ID INTERNO: 22683	Meses	12	R\$ 20.500,00	R\$ 246.000,00

3.1.1. Os serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica, cujo objeto do contrato social seja serviços advocatícios, foram descritos em lote único em razão da necessidade de serem geridos por um único prestador dada a sua impossibilidade de fracionamento e compreendem os seguintes serviços:

a) Elaboração de iniciais, pareceres, recursos, impugnações e todas as demais peças jurídicas necessárias ao patrocínio de processos judiciais em todo o contencioso judicial ajuizado em desfavor do **SENAR-AR/MS**, na fase em que se encontrem até o final da execução, em processos principais, acessórios, preventivos ou incidentais, processados perante instâncias das Justiças Estadual e Federal e nos Tribunais Superiores, em todos os graus de jurisdição,

bem como outras ações judiciais que eventualmente sejam propostas, compreendendo-se, portanto, quaisquer causas de interesse do **SENAR-AR/MS** em andamento ou aquelas que vierem a ser ajuizadas dentro do período da contratação;

b) Orientação e acompanhamento das inspeções feitas pelos órgãos de controle externo (CGU e TCU), bem como análise e formalização de justificativas, defesas, recursos de reconsideração e revisão do resultado de auditoria, sempre que necessário;

c) Participação em reuniões de trabalho (internas ou externas) que envolvam assuntos de interesse do **SENAR-AR/MS**, e que estejam no escopo da contratação da prestação de serviços, bem como em Reuniões do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal da Regional, sempre que convocada;

3.1.2. A **CONTRATADA** deverá indicar a equipe técnica, com quem o **SENAR-AR/MS** deverá tratar as questões referentes ao objeto da contratação nas áreas contenciosa e consultiva.

3.1.3. O atendimento pela **CONTRATADA** na **ÁREA CONTENCIOSA** compreende todos os respectivos e cabíveis atos e manifestações de defesa dos interesses do **SENAR-AR/MS** nos processos judiciais trabalhistas, dentre os quais: Propositura de iniciais, contestações, réplicas, rescisórias, oposições, elaboração e apresentação de defesas, memoriais, informações, comparecimento às audiências, interposição de recursos cabíveis em todas as instâncias, inclusive perante tribunais superiores, sustentação oral, se for o caso, arrazoados que se fizerem necessários, participação em inquéritos e demais serviços jurídicos relacionados ao objeto da contratação, orientação sobre as melhores posturas a serem adotadas em relação a cada processo, elaboração de acordos judiciais e/ou extrajudiciais Elaboração de relatórios sobre os processos judiciais para acompanhamento e para fins de auditoria do **SENAR-AR/MS**.

3.1.4. A **CONTRATADA** deve assumir todas as causas já em curso, na fase em que se encontram, quando da assinatura do contrato, mediante outorga de procuração ou substabelecimento desta, com ou sem reserva de iguais poderes, tão somente aos profissionais da **CONTRATADA** que atuarão sob sua integral responsabilidade. No momento de realização deste termo de referência o **SENAR-AR/MS** tem em andamento:

a) 10 (dez) processos tributários;

b) 6 (seis) processos cíveis;

c) 3 (três) processos trabalhistas;

d) 1 (um) processo administrativo.

3.1.4.1. O quantitativo estimado de processos indicado é meramente referencial e não representa o limite de causas que poderão ser endereçadas à **CONTRATADA**, sendo admitido o patrocínio de tantas ações quanto os recursos financeiros e orçamentários suportarem, sem que caiba à **CONTRATADA** garantia de quantitativo mínimo de causas.

3.1.4.2 Durante a vigência do contrato, poderão ser ajuizadas novas causas, as quais a **CONTRATADA** deverá assumir sem acréscimo no valor contratado, visto que o preço da contratação é por valor mensal global, que será aceito e entendido como justo e suficiente para total execução do presente objeto.

3.1.4.3. Não será devida nenhuma taxa de êxito, apenas o valor previsto contratualmente para a prestação dos serviços e os honorários sucumbenciais que forem arbitrados pelo juiz ao final do processo.

3.1.5. Caberá a **CONTRATADA** observar eventual conflito de interesse de qualquer natureza, estando vedado atuar em processo com interesse contrário ao anteriormente defendido, devendo resguardar o segredo profissional e as informações reservadas ou privilegiadas que lhes tenham sido confiadas.

3.1.6. O atendimento pela **CONTRATADA** na **ÁREA CONSULTIVA** compreende a emissão de pareceres, notas técnicas, orientações verbais/escritas e manifestações jurídicas, participação em reuniões, com o objetivo de atender os interesses do **SENAR-AR/MS**, em questões pontuais e específicas dentre os quais:

- a)** Orientação à Superintendência e Diretorias, sempre que necessário, sobre situações que requeiram resoluções imediatas;
- b)** Orientação e acompanhamento às questões referentes a processo disciplinar administrativo disciplinar;
- c)** Participação em reuniões estratégicas, quando necessário e convocado pelo **SENAR-AR/MS**.

3.1.7. Consultas, orientações e convocações para reuniões poderão ser solicitadas por telefone, e-mail, ofícios, entre outras formas, a exemplo pareceres que deverão ser entregues devidamente datados e assinados;

3.1.8. Reuniões presenciais ou virtuais também poderão ser marcadas para discutir questões atinentes ao andamento dos processos.

3.1.8.1. O **SENAR-AR/MS** fornecerá à **CONTRATADA**, em tempo hábil, todos os documentos e informações necessários à condução técnica do litígio judicial.

3.1.9. A **CONTRATADA** deve encaminhar relatório mensal à Unidade de Assessoria Jurídica do **SENAR-AR/MS**, que conterà a fase atual de cada processo judicial sob seu patrocínio e acompanhamento e envio das principais medidas adotadas pela **CONTRATADA**, mediante remessa de cópia/arquivo digital do documento devidamente protocolado para acompanhamento e arquivamento pelo **SENAR-AR/MS**.

3.2. O valor total máximo estimado para a contratação é **R\$ 246.000,00** (duzentos e quarenta e seis mil reais).

3.2.1. Os valores acima mencionados são meramente referenciais e tem como única finalidade subsidiar as licitantes a elaborarem suas propostas, não importando, em nenhuma hipótese, em compromisso do **SENAR-AR/MS** para com o seu atendimento na execução do objeto.

3.3. Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução do objeto, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária e responsabilidade civil, por quaisquer danos causados a terceiro ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para execução total e completa do objeto, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direto regressivo em relação ao **SENAR-AR/MS** nem qualquer outro pagamento adicional.

4. DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. O regime de execução dessa aquisição se dará por **empreitada indireta por preço global**.

4.2. Os serviços serão prestados na sede da **CONTRATADA**, compreendendo todos os serviços citados **no item 3.1** deste instrumento, abrangendo o atendimento a consultas formuladas pelo **SENAR-AR/MS**, quando solicitado, que poderão ser feitas por telefone, e-mail, online ou presencial na sede da Administração Regional.

4.3. Caso haja necessidade de deslocamento de profissionais da **CONTRATADA** para outras cidades, a fim de trata de assuntos de interesse do **SENAR-AR/MS**, esta deverá reembolsá-la de todas as despesas realizadas com deslocamento, hospedagem e alimentação, dentre outras, desde que tais despesas sejam comprovadas por documentos idôneos e que a viagem seja autorizada expressa e antecipadamente pelo **SENAR-AR/MS**, portanto esses custos não devem ser incluídos no valor da prestação de serviços.

4.3.1. O **SENAR-AR/MS** não arcará com custos por deslocamentos realizados dentro do município de Campo Grande, MS.

4.4. A aprovação do objeto pela inspeção ou a sua dispensa, não diminui e nem altera a plena e total garantia e não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** por vícios de quantidade ou qualidade na execução do objeto, bem como no material empregado ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste instrumento ou atribuídas a **CONTRATADA**, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades verificadas durante sua utilização, garantindo-se ao SENAR-AR/MS as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

4.5. Na execução do objeto deverão ser observadas, de modo geral, as Especificações, Posturas, Normas Técnicas, Leis e Regulamentos vigentes em todo o território nacional, bem como será necessário possuir e/ou observar, independente de exigência expressa neste instrumento ou seus anexos, as licenças, alvarás e/ou certificados necessários à prestação de

serviços relacionados a execução do objeto, incluindo, mas não se limitando, as expedidas pelos órgãos fiscalizadores, agências de regulação, institutos de metrologia, órgãos de controle ambiental.

5. DAS DESPESAS CONTRATUAIS E PROCESSUAIS

5.1. Correrão por conta exclusiva do **SENAR-AR/MS** todas as despesas de natureza processual, a qualquer título, inclusive custas, depósitos judiciais, serviços postais, diligências, honorários periciais, emolumentos, confecção de cópias necessárias a produção de prova material do seu direito, instrumentos e procedimentos outros, autenticação cartorária de documentos e outras determinadas e/ou necessárias à condução dos processos judiciais e administrativos, desde que autorizadas com antecedência pelo **SENAR-AR/MS**.

5.2. As despesas citadas no subitem **5.1** serão objeto de pagamento antecipado pelo **SENAR-AR/MS** e/ou reembolso, desde que apresentadas as guias, notas fiscais e outros documentos que comprovem a origem das despesas.

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

6.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, já contemplando o prazo de execução do objeto, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 33 do RLC do SENAR, desde que verificadas as hipóteses de conveniência e oportunidade por parte do **SENAR-AR/MS** cumuladas ao interesse da **CONTRATADA**.

6.2. O pagamento, decorrente da execução do objeto será efetuado, por meio de crédito em conta bancária de natureza jurídica após a apresentação da nota fiscal e recebimento do objeto, em até 25 (vinte cinco) dias, respeitando o Cronograma de Pagamentos do **SENAR-AR/MS** onde:

a) Os pagamentos serão efetuados nos dias 15 e 30 de cada mês, mediante crédito em conta bancária de sua titularidade, sendo programados para o primeiro dia útil subsequente caso recaiam sobre feriado, final de semana ou data em que não haja expediente no **SENAR-AR/MS**.

b) As notas fiscais recebidas e aceitas entre os dias 21 e o dia 05 do mês seguinte terão seus pagamentos executados no dia 15 mais próximo.

c) As notas fiscais recebidas e aceitas entre os dias 06 e 20 de cada mês terão seus pagamentos executados no dia 30 mais próximo.

6.2.1. A liquidação financeira ficará condicionada à entrega e aceitação do objeto desta contratação, bem como o envio da respectiva nota fiscal para o e-mail notafiscal@senarms.org.br.

6.2.2. Os documentos fiscais encaminhados em data que não houver expediente no **SENAR-AR/MS**, serão considerados como recebidos no primeiro dia útil subsequente.

6.2.3. As notas fiscais deverão ser encaminhadas para o e-mail notafiscal@senarms.org.br no ato de sua emissão, a fim de evitar transtornos caso seja necessário o seu cancelamento.

6.2.4. Não produzirão efeitos, notas fiscais endereçadas a e-mail que não seja aquele previsto no **subitem 6.2.3**, nem documentos fiscais cujo envio não tenha sido autorizado pelo **SENAR-AR/MS**.

6.3. A nota fiscal, para liquidação e pagamento da despesa deverá estar obrigatoriamente atestada pelo **SENAR-AR/MS**, acompanhada do relatório mensal dos serviços prestados, ficando a **CONTRATADA** obrigada a comprovar a regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST).

6.3.1. Caso a execução do objeto seja realizada através de nota fiscal da Matriz ou Filial cujo CNPJ seja diferente do constante na Proposta apresentada, esta deverá estar acompanhada das mesmas certidões mencionadas no item anterior.

6.4. Deverá constar na nota fiscal emitida: o período faturado, a descrição do serviço, a quantidade, o valor unitário, o valor total, o número da conta bancária, agência e banco a ser efetuado o pagamento e o número do Contrato.

6.5. Valores constantes da Nota Fiscal deverão refletir fidedignamente o objeto contratado pelo **SENAR-AR/MS**.

6.6. As notas fiscais não aprovadas pelo **SENAR-AR/MS** serão devolvidas à **CONTRATADA**, para as devidas correções, acompanhadas dos motivos de sua rejeição, renovando-se o prazo para pagamento estabelecido no **subitem 6.2** deste Instrumento, a partir da sua reapresentação, sem qualquer tipo de correção de seu valor.

6.7. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos pertinentes à execução do objeto não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **SENAR-AR/MS**, nem pode onerar o objeto contratado.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O **SENAR-AR/MS** fiscalizará a execução do objeto pela **CONTRATADA** por meio de colaborador designado formalmente e que verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

7.2. A fiscalização pelo **SENAR-AR/MS** não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste Instrumento.

7.3. A ausência de comunicação por parte do **SENAR-AR/MS**, referente a irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas no contrato ou documento equivalente.

7.4. A fiscalização se reserva ao direito de impugnar a execução do objeto pela **CONTRATADA**, quando não realizada a contento, ficando a **CONTRATADA** obrigada a refazê-los, sem quaisquer ônus para o **SENAR-AR/MS**.

7.5. O fiscal deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no contrato ou documento equivalente.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste documento ou dele decorrentes:

8.1.1. Designar um responsável para exercer a fiscalização deste instrumento junto ao **SENAR-AR/MS** adotando as providências necessárias para a boa execução do objeto.

8.1.2. Manter, durante a vigência deste instrumento, todas as condições de habilitação válidas, apresentando sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal, bem como quaisquer outras determinações legais que sejam próprias de seu ramo de atividade mesmo que não inseridas neste instrumento ou instrumentos a ele vinculados.

8.1.3. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

8.1.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da execução do objeto, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias.

8.1.5. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento deste instrumento.

8.1.6. Praticar rigorosamente os preços estabelecidos na sua Proposta de Preços para a execução do objeto.

8.1.7. Não subcontratar ou transferir em hipótese alguma os direitos advindos deste instrumento a terceiros, seja a que título for.

8.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.1.9. Comunicar ao responsável indicado pelo **SENAR-AR/MS** sobre qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

8.1.10. Encaminhar as notas fiscais para pagamento juntamente com as certidões de regularidade fiscal e outros documentos que se fizerem necessários.

8.1.11. Comunicar imediatamente ao **SENAR-AR/MS** qualquer alteração em seus dados cadastrais.

8.1.12. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender, corrigindo imediatamente as deficiências apontadas, sejam elas relativas à execução do objeto ou burocráticas, bem como dará ciência ao **SENAR-AR/MS**, prontamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução do objeto.

8.1.13. A **CONTRATADA** obriga-se a manter em absoluta confidencialidade todas as informações, dados e documentos, aos quais terá acesso em razão da execução deste instrumento, não podendo divulgar, ceder, doar, repassar, vender, reproduzir por quaisquer meios ou transferir as informações, a qualquer título, em qualquer tempo e circunstância, tampouco usá-las em benefício próprio ou de terceiros ou para finalidade diversa da ora ajustada, salvo mediante autorização expressa e por escrito do **SENAR-AR/MS**.

8.1.13.1. Entende-se por informações confidenciais toda a informação não conhecida pelo público em geral, quer sejam de origem técnica, comercial ou de qualquer outra natureza, manifestadas de forma tangível ou intangível.

8.1.14. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, ao **SENAR-AR/MS** e/ou a terceiros, por seus empregados e/ou prepostos, dolosa ou culposamente, quando da execução do objeto.

9. DOS REQUISITOS MÍNIMOS DA EMPRESA – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. As empresas interessadas deverão apresentar registro na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, bem como dos profissionais designados para atendimento das demandas do **SENAR-AR/MS**.

9.1.1. Deverá ser apresentada certidão de registro do Escritório/Sociedade de Advogado(s) e do responsável técnico expedida pela OAB, ao qual estejam vinculados, com base legal no artigo 14, inciso II, da Resolução CDN nº. 391/2021 combinado com artigos 10; 14, parágrafo único; e 15 da Lei nº. 8.906/94.

9.2. Por ocasião da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar a comprovação que possui em seu quadro permanente profissionais com curso superior em Direito (Diploma), com experiência comprovada em assessoria jurídica, com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB nas esferas cível, criminal, administrativa, tributária e trabalhista.

9.2.1. Comprovação da Experiência: Comprovação de êxito, integral ou parcial, em recursos

interpostos na qualidade de recorrente ou êxito, integral ou parcial, em experiência profissional específica em ações na defesa do réu nas esferas cível, criminal, administrativa, tributária e trabalhista.

9.2.1.1. A experiência exigida não poderá ser comprovada por intermédio de contrarrazões. A comprovação será feita mediante a apresentação de cópia da petição protocolada, da respectiva decisão que a julgou, bem como de cópia da certidão de publicação (ou cópia da publicação em meio oficial).

9.2.1.2. A prova de que os profissionais integram os quadros permanentes da licitante dar-se-á na forma do que dispuser a legislação vigente (sócio integrante do contrato social, empregado com CTPS, contrato de prestação de serviços etc.).

9.3. As empresas interessadas deverão comprovar aptidão para prestação de serviço com características semelhantes ao objeto deste instrumento, por meio de apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em seu nome.

9.3.1. O documento deverá ser fornecido em papel timbrado de cliente da proponente, no qual expressamente constará o detalhamento e o período da prestação dos serviços anteriormente realizada, data de emissão do atestado, assinatura e identificação do signatário (nome, cargo e função que exerce junto à empresa emitente).

9.3.2. Para fins de comprovar a atuação em trabalhos similares da forma como determinado no item **9.3**, o atestado poderá ser acompanhado de outros documentos pertinentes.

9.4. As empresas interessadas deverão possuir regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST).